

AgRg na RECLAMAÇÃO Nº 37.154 - SP (2018/0342092-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : JEFFERSON SOARES RODRIGUES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA DO JÚRI, DAS
EXECUÇÕES CRIMINAIS E DA INFÂNCIA E
JUVENTUDE DE FRANCO DA ROCHA- SP
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

JEFFERSON SOARES RODRIGUES, por meio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, interpõe agravo regimental contra a decisão monocrática de fls. 68-69, que indeferiu liminarmente esta reclamação, por ausência de peça essencial, consubstanciada pela falta do roteiro de penas, referido pela decisão combatida proferida em primeiro grau.

Alega a agravante, na inicial da reclamação, **proposta com pedido de liminar**, que o Juízo de Direito da Vara do Júri, das Execuções Criminais e da Infância e da Juventude da Comarca de Franco da Rocha descumpriu a decisão exarada no **HC n. 481.078/SP**, a qual, *in limine*, afastou o marco interruptivo na contagem do prazo para aquisição de benefícios pretendidos pelo impetrante, os quais se restringiam ao livramento condicional, indulto e comutação.

Nas razões do regimental, sustenta a recorrente, diversamente do consignado pela decisão agravada, que foram juntados todos os documentos essenciais para o deslinde da controvérsia, isto é, que todas as peças indicadas como ausentes pelo *decisum* agravado estariam nos autos, nestes termos (fl. 78):

[...] nota-se que nas referidas fls. 35/42 constam cópias do Roteiro de Penas do processo de execução criminal nº 849.655, precisamente aquelas em que foram debatidas a questão ora em comento. No mais, a decisão anterior à qual o Magistrado de primeiro grau faz menção na decisão reclamada foi também juntada aos autos da presente reclamação, figurando como fl. 42 do feito, em que está reproduzida cópia da fl. 47 do Roteiro de Penas do processo de execução criminal nº 849.655.

Requer, diante disso, a reconsideração da decisão impugnada ou, caso mantida, "seja o feito posto em votação na primeira sessão seguinte e seja dado provimento à reclamação restabelecendo a autoridade da decisão desse E. Superior Tribunal, e, por conseguinte, a vigência plena da Lei e da Constituição" (fl. 79).

Decido.

Com razão a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, porquanto o feito encontra-se devidamente instruído, ao contrário do que foi registrado pela decisão agravada.

Portanto, em juízo de retratação, inerente ao agravo regimental, **reconsidero a decisão de fls. 68-69**, tornando-a sem efeito. Em razão disso, examino o pedido de liminar, formulado nestes termos (fl. 10):

[...] requer-se seja concedida desde logo a medida, para que se determine à Vara das Execuções Criminais da Comarca de Franco da Rocha/SP que dê imediato cumprimento à liminar deferida no Habeas Corpus nº 481.078, empregando para análise do requisito objetivo para livramento condicional e indulto/comutação o cálculo de fl. 39 do Roteiro de Penas

Ao examinar a decisão reclamada, observei, em princípio, que o Magistrado da Vara do Júri, das Execuções Criminais e da Infância e da Juventude da Comarca de Franco da Rocha parece haver descumprido a decisão desta Corte – que se baseou em pacífica jurisprudência (sumulada ou objeto de recurso repetitivo) – sob o argumento central de que "não se trata de interrupção, mas sim de proscrição de crédito de pena, inclusive por via oblíqua, uma vez que o lapso de 2/3 da pena do crime hediondo apenas pode ser contado a partir do crime hediondo" (fl. 57).

Ora, decerto que a prática de crime no curso da execução penal constitui falta grave, a ensejar, por congruência do sistema progressivo, a interrupção do prazo para a aquisição dos benefícios da execução penal, **à exceção do livramento condicional (Súmula n. 441 do STJ)**, comutação de penas ou indulto (caso o decreto presidencial não dispuser em sentido contrário).

Sob distinta angulação, tal como ressaltado no referido **HC**

n. 481.078/SP, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, **seja por crime praticado após e já apontado como falta disciplinar grave** – esta última hipótese dos autos –, configura excesso de execução.

Assim, **no referido habeas corpus, a ordem foi concedida porque o objeto do *mandamus* era o de afastar quaisquer marcos interruptivos que, embora servissem para reiniciar a contagem do prazo para progressão, não serviriam para o livramento condicional, comutação e indulto.**

Ante o exposto, **defiro a liminar** para determinar ao Juízo reclamado o imediato cumprimento da decisão desta Corte, **que assegurou ao condenado a não interrupção do prazo pela prática de falta grave ou pela superveniência de condenação com trânsito em julgado no curso da execução para fins de livramento condicional, comutação e indulto.**

Comunique-se, com urgência, ao Juízo reclamado, o qual deverá prestar informações no prazo de 10 dias, nos termos do art. 188, I, do RISTJ.

Cite-se o Ministério Público do Estado de São Paulo para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 dias, conforme dispõe o art. 188, III, do RISTJ.

Depois, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se, intimem-se e cumpra-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**